



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2024 - REPUBLICADA  
(Processo Administrativo n.º 3542/2024 de 04/09/2024)**

**Código CidadES Contratações: 2024.051E0500001.09.0007**

Torna-se público que o Município de Muqui-ES, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **menor preço por item**, em conformidade com o art. 75, **Inciso II**, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar de nº 123/06 e demais legislações aplicáveis e exigências estabelecidas neste Aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as condições detalhadas a seguir.

**Data da sessão: 14/10/2024.**

**Link: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)**

**Horário da Fase de Lances: 08h31min as 14h01min**

**Exclusivo ME/EPP: Sim**

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

**1.1.** O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a futura e eventual **aquisição de material de consumo hospitalar – tiras e lancetas de glicemia, em regime de comodato**, para atender as necessidades da Atenção Primária da Secretaria Municipal de Saúde, deste município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Quant</b>
01	<b>TIRA REAGENTE</b> - Fita de HGT - Caixa com 50 unidades fita reagente para determinação de glicemia capilar por método amperométrico e sem uso de chip, que aceite amostra capilar e neonatal, e faixa de medição entre de 10-20 a 500-600mg/dl. O sistema tira de reagente e monitor deverá atender a todas as faixas de hematócrito (30 a 55%). Capacidade de armazenamento de no mínimo 450 testes. O sistema glicosímetro deverá cumprir as exigências da ISO 15197-2013 e apresentar cópiado estudo comprobatório de cumprimento das exigências de precisão dos resultados das glicemias. Se tiver em língua estrangeira, apresentar tradução juramentada. As tiras devem ser embaladas em caixas contendo 50 unidades. A embalagem de acondicionamento das tiras deve trazer externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, data de fabricação, prazo de validade e número de registro do Ministério da Saúde. A empresa deverá fornecer em forma de comodato no mínimo 60 monitores compatíveis para utilização das respectivas tiras na primeira entrega, dar garantia por tempo indeterminado dos monitores, baterias para reposição. A empresa necessita apresentar o certificado de boas práticas de fabricação emitido pela ANVISA. A contratada deverá responsabilizar-se pela manutenção dos equipamentos, promovendo assistência técnica enquanto tiver fitas disponíveis em estoque. Validade de no mínimo a 18 meses, que seja garantida a validade do produto depois de aberto o frasco.	600 unidades
02	<b>LANCETA</b> - Para punção de polpa digital/lancetador em peça única, ponta trifaceta em inox. Com sistema de trava e dispositivo retrátil impedindo a reutilização e contato após uso e descarte.	29.200 unidades



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**1.2.** O critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, observado o valor máximo aceitável apurado através do orçamento estimado, para cada item e demais exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.

**2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA**

**2.1.** Os fornecedores deverão se cadastrar previamente no Portal de Compras Públicas para acesso ao sistema e operacionalização.( <https://portaldecompraspublicas.com.br/>).

**2.1.1.** Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização, no que aplicável;

**2.1.2.** O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

**2.2.** Além das vedações estabelecidas pelo art. 9º, §1º e §2º da Lei Federal Nº 14.133/2021, não será permitido, conforme previsto no artigo 14 da mesma Lei, a participação de fornecedores:

**2.2.1.** que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

**2.2.2.** estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**2.2.3.** organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

**2.2.4.** que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a)** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b)** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c)** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d)** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e)** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f)** pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**2.2.4.1.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

**2.2.4.2.** aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

**3.2.5** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

**3.3** Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

**3.3.1** Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

### **3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

**3.1.** O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

**3.2.** O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

**4.2.1.** A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**3.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

**3.4.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

**3.4.1.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**3.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**3.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**3.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este aviso e o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**3.8.** Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

**3.9.** No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

**3.9.1.** que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**3.9.2.** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

**3.9.3.** que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

**3.9.4.** que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

**3.9.5.** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

**3.9.6.** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

#### **4. FASE DE LANCES**

**4.1.** A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

**4.2.** Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**

**4.3.** O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**4.3.1.** O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

**4.3.2.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

**4.4.** Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

**4.5.** Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**4.6.** Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

**4.7.** Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

- 4.7.1.** O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

**5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

**5.1.** Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

**5.2.** No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

**5.2.1.** Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

**5.2.2.** A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

**5.2.3.** Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

**5.3.** Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance. A proposta deverá ser enviada no prazo de até 02 (duas) horas após notificação.

**5.4.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**5.5.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**5.5.1.** Apresentar preços unitários ou globais acima dos valores estabelecidos como de referência máxima.

**5.5.2.** contiver vícios insanáveis;

**5.5.3.** não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

**5.5.4.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**5.5.5.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**5.5.6.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

**5.6.** Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

**5.6.1.** for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**5.6.2.** Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**5.7.** Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a executabilidade da proposta.

**5.8.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

**5.8.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**5.9.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**5.10.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**5.11.** Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

**5.12.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## **6. HABILITAÇÃO**

**6.1.** Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação deste aviso serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances. A documentação de habilitação deverá ser enviada no prazo de até 02 (duas) horas após notificação, podendo ser prorrogada por igual período de 02 (duas) horas. As empresas participantes da presente Dispensa Eletrônica deverão enviar os documentos de habilitação acompanhados da proposta, exclusivamente pelo sistema de dispensa eletrônica informado no [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

**6.2.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

**6.2.1.** Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

**6.2.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**6.2.2.1.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

**6.2.3.** Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**6.3.** Efetuada a verificação referente ao cumprimento das condições de participação e inexistência de sanções, a habilitação da licitante será realizada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

**6.3.1. Habilitação Jurídica:**

I- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores; ou

II- Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; ou

III- Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**6.3.2. Habilitação Fiscal, social e trabalhista:**

I - a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV- a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI- cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

**6.3.3. Qualificação Econômico-Financeira:**

I- Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou da execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. No caso do documento mencionado neste item não fixar prazo de validade, o mesmo será considerado 30 (trinta) dias da data de sua emissão.

**6.3.4. Demais comprovações obrigatórias:**

**6.3.4.1.** Declaração para fins de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, assim definida aquelas que se enquadram na classificação descrita no art. 3º da Lei Complementar 123/06, conforme anexo sugerido.

**6.3.4.2.** Declaração unificada do fornecedor, atendendo ao disposto no artigo 63 da Lei nº 14.133/2021 e no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme anexo.

**6.4.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

**6.5.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**6.6.** Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006 e alterações pela Lei Complementar 147/2014 de 07/08/2014, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**6.6.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá após a formalização da ATA, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação nos termos LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 – ART. 43 c/ ALTERAÇÕES PELA LEI COMPLEMENTAR 147/2014.

**6.7.** A não regularização da documentação no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº. 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

**6.8.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

**6.9.** Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

**6.10.** Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

**6.11.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

**6.12.** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

**6.13.** Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**6.13.1.** A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pelo fornecedor, mediante apresentação de justificativa.

**6.13.2.** A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

**6.14.** Na hipótese de o proponente não atender às exigências para a habilitação, o agente examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

**6.15.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado e o agente condutor declarará em ata o proponente vencedor e encaminhará o procedimento de dispensa à autoridade competente para a adjudicação e a homologação do objeto da contratação e suas respectivas publicações.

## **7. DO CONTRATO**

**7.1.** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado o contrato ou emitido instrumento equivalente.

**7.2.** O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para firmar o contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização e Fornecimento/Serviços), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**7.2.1.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

**7.2.2.** O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**7.3.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

**7.3.1.** referida Nota ou instrumento equivalente está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

**7.3.2.** a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

**7.3.3.** a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

**7.4.** O prazo de vigência da contratação é de **01 (um) ano** conforme previsão no Termo de Referência anexo a este Aviso de Contratação Direta.

**7.5.** Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## **7. DA CONTRATAÇÃO**

**7.1.** Após a adjudicação e homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou instrumento equivalente.

**7.2.** O adjudicatário terá o prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização de Fornecimento), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

**7.3.** Alternativamente, a Administração enviará o Termo de Contrato ou instrumento equivalente para a assinatura digital, e a devolução pelo [licitacao@muqui.es.gov.br](mailto:licitacao@muqui.es.gov.br).

**7.4.** A assinatura do contrato ou instrumento equivalente vinculará a contratada à sua proposta e as previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.

**7.5.** A Contratada reconhecerá que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

**7.6.** O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, conforme previsão contida na minuta de contrato anexo a este Aviso de Contratação Direta, podendo ser aditado dentro do permissivo legal.

## **8. DAS SANÇÕES**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**8.1.** Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 8.1.1.** dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.1.2.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3.** dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 8.1.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9.** fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - 8.1.10.1.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 8.1.11.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.1.12.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**8.2.** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a)** Advertência pela falta do subitem 10.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b)** Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1 a 10.1.12;
- c)** Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

**8.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- 8.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.3.2.** as peculiaridades do caso concreto;
- 8.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**8.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**8.4.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**8.5.** A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**8.6.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**8.7.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se os demais procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

## **9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**9.1.** O resultado desta contratação direta será divulgada na imprensa oficial e mantido no site [portaldecompraspublicas.com.br](http://portaldecompraspublicas.com.br), bem como no Portal da Transparência do Município de Muqui.

**9.2.** Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente de contratação na respectiva notificação.

**9.3.** No julgamento das propostas e da habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**9.4.** As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**9.5.** Os casos omissos serão subsidiados em conformidade com as disposições da Lei Federal 14.133/2021.

**9.6.** Os interessados poderão obter o resumo deste Aviso, na íntegra, no endereço eletrônico: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), no portal da transparência da Prefeitura Municipal de Muqui/ES ([www.muqui.es.gov.br](http://www.muqui.es.gov.br) - "Portal transparência - compras - Editais - documentos"), podendo também ser solicitado através do e-mail [licitacao@muqui.es.gov.br](mailto:licitacao@muqui.es.gov.br).

**9.7.** Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar;

ANEXO III - Modelo de Proposta;

ANEXO IV - Declaração de Enquadramento ME EPP;

ANEXO V - Modelo de Declaração Unificada.

ANEXO VI - Minuta do Contrato;

Muqui - ES, 08 de outubro de 2024.

MIGUEL MONTOZO NETO  
Comissão de Contratação



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

1.1. Aquisição de TIRA REAGENTE DE GLICEMIA e LANCETA para atender as necessidades da Atenção Primária da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Muqui /ES.

1.2. O critério de julgamento adotado será o "menor preço por item", observado o valor máximo aceitável elaborado com base em pesquisa de preços, constante do processo administrativo.

**2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO**

2.1. A diabetes mellitus é uma doença crônica que exige monitoramento constante dos níveis de glicemia para evitar complicações graves, como doenças cardiovasculares, neuropatia, e insuficiência renal. A presença de insumos adequados, como tiras reagentes e lancetas, é essencial para a realização desse monitoramento de forma precisa e regular.

No município de Muqui, a demanda por esses materiais tem aumentado devido ao crescimento da população e ao aumento da incidência de diabetes e outras condições relacionadas ao controle glicêmico. A falta de tiras reagentes e lancetas impede que os profissionais de saúde realizem os testes necessários, comprometendo o atendimento e aumentando os riscos para os pacientes.

Portanto, a aquisição desses insumos não é apenas uma questão de eficiência operacional, mas uma necessidade crítica para a manutenção da saúde e do bem-estar da população. A disponibilização contínua desses materiais é fundamental para garantir um atendimento de saúde adequado e para prevenir complicações decorrentes do mau controle glicêmico.

**3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

3.1. Do local e horário de entrega:

O local de entrega dos produtos/serviços contratados será o Setor de Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, situado na Rua Cel. Matheus Paiva, nº 110, Muqui, Espírito Santo. O horário de entrega será acordado entre a Secretaria de Saúde de Muqui e o fornecedor. O e-mail de contato para informações adicionais é [saude@muqui.es.gov.br](mailto:saude@muqui.es.gov.br) ou [gabsemus.muqui@gmail.com](mailto:gabsemus.muqui@gmail.com).

3.2. Do prazo para a substituição no caso de defeito:

No caso de defeito nos produtos entregues, a Contratada tem a responsabilidade de garantir a conformidade total com as especificações descritas. Qualquer não conformidade deverá ser corrigida pela fornecedora no prazo máximo de 20 dias, contado a partir da notificação da identificação do defeito. A não conformidade refere-se à inadequação das características ou funcionalidades em relação ao que foi estipulado no contrato.

3.3. Dos Custos agregados ao Objeto

Todos os ônus decorrentes da execução do objeto, abrangendo despesas diretas, indiretas, benefícios, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, frete, carga e descarga, tributos e demais obrigações, serão integralmente suportados pela empresa vencedora. Além disso, a contratada deverá cumprir outras exigências fundamentais, tais como comunicar à Secretaria Municipal de Saúde, com antecedência mínima de 03 dias, sobre quaisquer impedimentos para o cumprimento dos prazos estabelecidos, apresentando comprovação adequada. Durante toda a execução do objeto, a empresa deverá manter regularidade fiscal, não transferir suas obrigações a terceiros, salvo condições expressamente autorizadas, e assumir responsabilidade integral por tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras incidências relacionadas à realização do objeto contratado.

**4. DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Os materiais e equipamentos hospitalares permanentes a serem adquiridos incluem, mas não se limitam a:

**Item 01 – TIRA REAGENTE** - Fita de HGT - Caixa com 50 unidades fita reagente para determinação de glicemia capilar por método amperométrico e sem uso de chip, que aceite amostra capilar e neonatal, e faixa de medição entre de 10-20 a 500-600mg/dl. O sistema tira de reagente e monitor deverá atender a todas as faixas de hematócrito (30 a 55%). Capacidade de armazenamento de no mínimo 450 testes. O sistema glicosímetro deverá cumprir as exigências da ISO 15197-2013 e apresentar cópiado estudo comprovatório de cumprimento das exigências de precisão dos resultados das glicemias. Se tiver em língua estrangeira, apresentar tradução juramentada. As tiras devem ser embaladas em caixas contendo 50 unidades. A embalagem de acondicionamento das tiras deve trazer externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, data de fabricação, prazo de validade e número de registro do Ministério da Saúde. A empresa deverá fornecer em forma de comodato no mínimo 60 monitores compatíveis para utilização das respectivas tiras na primeira entrega, dar garantia por tempo indeterminado dos monitores, baterias para reposição. A empresa necessita apresentar o certificado de boas práticas de fabricação emitido pela ANVISA. A contratada deverá responsabilizar-se pela manutenção dos equipamentos, promovendo assistência técnica enquanto tiver fitas disponíveis em estoque. Validade de no mínimo a 18 meses, que seja garantida a validade do produto depois de aberto o frasco. **Quantidade:** 600 unidades. **Preço médio estimado por unidade:** R\$ 27,00

**Item 02 – LANCETA** - Para punção de polpa digital/lancetador em peça única, ponta trifaceta em inox. Com sistema de trava e dispositivo retrátil impedindo a reutilização e contato após uso e descarte. **Quantidade:** 29.200 unidades. **Preço médio estimado por unidade:** R\$ 0,13

### 5. DO PLANO DE FISCALIZAÇÃO/GESTÃO DO CONTRATO

5.1. Consoante ao disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, a servidora Leila Cristina Carrari da Silva será designada como representante para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato. Ela registrará em documento próprio todas as ocorrências relacionadas, tomando as providências necessárias para corrigir eventuais falhas ou defeitos observados.

5.2. O endereço de e-mail para comunicação referente a este contrato será [saude@muqui.es.gov.br](mailto:saude@muqui.es.gov.br).

5.3. Do Recebimento Provisório/Definitivo do Produto/Serviço

5.3.1. O objeto será recebido provisoriamente, pelo chefe do almoxarifado, mediante assinatura no verso do documento fiscal respectivo atestando o recebimento provisório, que após verificação da sua conformidade encaminhará os documentos para o recebimento definitivo pelo gestor do contrato, com os dizeres: "verificada a conformidade".

5.3.2. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações e quantidades constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos pela Contratada no prazo máximo de 20 (dias) dias, contados da data de recebimento da notificação, às suas custas, sempre sem prejuízo da aplicação de penalidades.

5.3.4. Até que seja sanada a situação prevista no item anterior, ficará interrompido o prazo de recebimento definitivo e o prazo para pagamento ficará suspenso.

5.3.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

### 6. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. São Obrigações do Contratante:

6.1.1. Receber a empresa vencedora do processo, disponibilizando local, data e horário para entrega e instalação dos equipamentos médico-hospitalares.

6.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos com as especificações constantes da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

6.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da fornecedora, através de servidor especialmente designado.

6.1.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

### **7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

#### **7.1. São Obrigações da Contratada:**

7.1.1. Comunicar à Secretaria Municipal de Saúde, no prazo mínimo de 03 dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

7.1.2. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade fiscal.

7.1.3. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato ou nota de empenho.

7.1.4. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na realização do objeto.

### **8. DA SUBCONTRATAÇÃO**

8.1. Até regulamentação interna que estabelecerá os casos e percentuais de subcontratação, não será admitida a subcontratação do objeto.

### **9. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O Prazo de Vigência será de até 12 (doze) meses, a partir de sua data e assinaturas, prorrogável nos termos da legislação vigente.

### **10. PRAZO, FORMA E LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS**

10.1. Os produtos serão requisitados de acordo com a competente ordem de compra expedida pela CONTRANTE e deverão ser entregues na Secretaria de Saúde de Muqui localizado na Rua Cel. Matheus Paiva – nº 110, no Centro - CEP 29480-000 - Fone/Fax: (28) 3554-1272, E-mail: gabsemus.muqui@gmail.com OU saude@muqui.es.gov.br. Sendo de responsabilidade da CONTRATANTE, receber a empresa vencedora do processo, disponibilizando local, data e horário para entrega dos materiais hospitalares, verificando minuciosamente a conformidade dos itens recebidos com as especificações.

10.2. A CONTRATADA deverá entregar os produtos no prazo de 20 dias.

10.3. A fiscalização e aceitação do objeto serão de responsabilidade do órgão responsável pelos atos de controle e administração do contrato decorrente do processo de Dispensa Eletrônica. Os produtos serão recebidos após conferidas as especificações e quantidades dos mesmos.

10.4. Só serão aceitos os fornecimentos de produtos que estiverem de acordo com as especificações e quantitativos exigidos, estando sua aceitação condicionada à devida fiscalização dos agentes competentes. Não serão aceitos produtos cujas condições de armazenamento e transporte não sejam satisfatórias.

10.5. O recebimento se efetivará nos seguintes termos:

10.5.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com a especificação.

10.5.2. Não serão aceitos itens cujas especificações não sejam as descritas. Constatada a não conformidade com as especificações requeridas, o fornecedor deverá providenciar a substituição/troca no prazo máximo de 20 (dias).

10.5.3. Comunicar à Secretaria Municipal de Saúde, no prazo mínimo de 03 dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.5.4. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

as condições de regularidade fiscal.

10.5.5. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato ou nota de empenho.

10.5.6. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na realização do objeto.

10.5.7. O prazo para entrega dos produtos contratados é estabelecido de acordo com a urgência e a natureza dos materiais requisitados. A gestão do contrato também contempla a definição e monitoramento dos prazos de entrega para assegurar o cumprimento eficaz das etapas do processo.

### **11. DO PAGAMENTO**

11.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias a partir da entrega da Nota Fiscal devidamente atestada pela Secretaria de Saúde de Muqui. Os pagamentos serão realizados mediante crédito em conta corrente, devendo o fornecedor fornecer os dados bancários, ou por meio de banco credenciado, a critério da Administração. A nota fiscal/fatura, acompanhada do atesto com data e ressalvas, dará início ao processo de pedido de pagamento, a ser aberto em até 5 dias do atesto do recebimento. O crédito será efetuado por ordem bancária, respeitando as condições estabelecidas no processo, e condicionado à regularidade fiscal da CONTRATADA perante as fazendas nacional, estadual e municipal, bem como a Previdência Social e FGTS (CRF e CNDT). Em caso de erro na nota fiscal/fatura, a CONTRATADA será notificada para retificação, interrompendo-se o prazo de pagamento até a sua reapresentação.

11.2. A Contratada deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura com descrição do objeto e quantidade discriminada e acompanhada da requisição dos mesmos.

11.3. O Pagamento somente será efetivado depois de verificada a regularidade fiscal da contratada, que dará origem ao processo de pedido de pagamento que deverá ser aberto em até 05 dias úteis após ateste do recebimento, ficando a mesma ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ser renovadas no prazo de seus vencimentos.

### **12. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da contratação é aquela prevista neste Termo de Referência.

12.2. Comete infração administrativa o fornecedor que infringir as disposições previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

12.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.2.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.2.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

12.2.4. Deixar de entregar a documentação exigida;

12.2.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.2.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

12.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a Processo ou a execução do contrato;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

12.2.9. Fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.2.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de negociação;

12.2.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta Dispensa;

12.2.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

### **13. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS**

13.2. O valor total estimado da contratação R\$19.996,00

### **14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

Ficha: 035

Fonte:163200000005

Nº da Proposta: SESA-0014/2024

Essa contratação terá as despesas alocadas de acordo com a dotação orçamentária indicada.–ES.

### **15. DA MODALIDADE**

15.1. Dispensa Eletrônica

Elaborado por: Leila Cristina Carrari Silva

Aprovado por:



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Muqui, 19 de julho de 2024.

### **ANEXO II**

#### **Estudo Técnico Preliminar**

##### **I. Nome do Projeto:**

Aquisição de TIRA REAGENTE DE GLICEMIA e LANCETA para atender as necessidades da Atenção Primária da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Muqui /ES.

##### **Resumo Executivo:**

Este projeto visa à aquisição de tira reagente para determinação de glicemia capilar e lancetas para atender as necessidades da Atenção Primária da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Muqui/ES. A compra desses insumos é fundamental para garantir o monitoramento adequado dos níveis de glicose dos pacientes diabéticos tipo I, conforme Protocolo de Liberação de Insumos para Diabetes Mellitus, contribuindo para a melhoria dos serviços prestados à população.

##### **Breve Descrição do Projeto, Seus Objetivos e Benefícios Esperados:**

O projeto tem como objetivo suprir a demanda por tira reagente para determinação de glicemia capilar e lancetas na Secretaria de Saúde de Muqui. Esses insumos são essenciais para a realização de monitoramentos regulares de glicose em pacientes diabéticos e em outras situações que requerem esse tipo de controle.

##### **II. Introdução:**

##### **Contextualização do Projeto:**

A saúde pública é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento social e econômico de qualquer município. Em Muqui/ES, a Secretaria Municipal de Saúde tem o compromisso de oferecer serviços de qualidade à população, especialmente através da Farmácia Básica, que desempenha um papel crucial no fornecimento de insumos médicos essenciais.

Nos últimos anos, observou-se um aumento significativo no número de pacientes diabéticos e de outras condições que requerem monitoramento constante dos níveis de glicemia. Este cenário ressalta a necessidade de uma infraestrutura adequada para a realização de testes regulares de glicose, que são vitais para o controle eficaz da doença e a prevenção de complicações.

A falta de insumos como tiras reagentes e lancetas pode comprometer seriamente a qualidade do atendimento e a saúde dos pacientes. Portanto, a aquisição desses materiais é imperativa para garantir a continuidade e a eficácia dos serviços prestados. Este projeto visa suprir essa necessidade, garantindo que a população de Muqui tenha acesso ao monitoramento adequado de glicemia, contribuindo para a melhoria geral da saúde pública no município.

##### **Objetivo do Estudo Técnico Preliminar:**

O objetivo deste estudo técnico preliminar é fornecer uma análise detalhada e fundamentada sobre a necessidade da aquisição de tiras reagentes para determinação de glicemia capilar e lancetas para a Secretaria Municipal de Saúde de Muqui. Esse estudo visa identificar as especificações técnicas dos materiais, avaliar os benefícios esperados, estabelecer um orçamento estimado, e definir um cronograma de execução para a aquisição e distribuição desses insumos. Através dessa análise, pretende-se assegurar que a compra dos materiais será realizada de forma eficiente, atendendo às necessidades de saúde da população de maneira eficaz e econômica.

##### **III. Justificativa:**

##### **Justificativa para a Necessidade do Projeto:**

A diabetes mellitus é uma doença crônica que exige monitoramento constante dos níveis de glicemia para evitar complicações graves, como doenças cardiovasculares, neuropatia, e insuficiência renal. A presença de insumos adequados, como tiras reagentes e lancetas, é essencial para a realização desse monitoramento de forma precisa e regular.

No município de Muqui, a demanda por esses materiais tem aumentado devido ao crescimento da população e ao aumento da incidência de diabetes e outras condições relacionadas ao controle glicêmico. A falta de tiras



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

reagentes e lancetas impede que os profissionais de saúde realizem os testes necessários, comprometendo o atendimento e aumentando os riscos para os pacientes.

Portanto, a aquisição desses insumos não é apenas uma questão de eficiência operacional, mas uma necessidade crítica para a manutenção da saúde e do bem-estar da população. A disponibilização contínua desses materiais é fundamental para garantir um atendimento de saúde adequado e para prevenir complicações decorrentes do mau controle glicêmico.

### **Benefícios Esperados para as Partes Interessadas:**

Os pacientes terão acesso regular ao monitoramento de glicemia, o que permitirá um controle mais preciso da diabetes e outras condições relacionadas, reduzindo o risco de complicações graves. Os profissionais de saúde poderão realizar seus trabalhos de forma mais eficiente e eficaz, com os insumos necessários sempre disponíveis, melhorando a qualidade do atendimento prestado. A Secretaria de Saúde conseguirá melhorar a gestão dos recursos e aperfeiçoar os processos internos, garantindo a continuidade dos serviços de saúde e aumentando a satisfação dos usuários e Assim, a comunidade em geral se beneficiará da melhoria nos serviços de saúde, o que contribuirá para a promoção do bem-estar e a redução das taxas de complicações associadas à diabetes.

### **IV. Metodologia:**

Para garantir a eficácia deste projeto, a metodologia adotada envolverá as seguintes etapas: Levantamento das necessidades atuais e futuras de tiras reagentes e lancetas com base no histórico de atendimentos e na projeção de novos casos, Definição das especificações técnicas detalhadas para tiras reagentes e lancetas, assegurando a compatibilidade com os dispositivos utilizados na rede de saúde municipal. Elaboração de um orçamento detalhado, incluindo a pesquisa de mercado e a obtenção de cotações de diferentes fornecedores para garantir a melhor relação custo-benefício. Condução do processo de Dispensa Eletrônica conforme as normas vigentes, garantindo a transparência e a competitividade na escolha dos fornecedores. Compra dos materiais e distribuição para as unidades de saúde, assegurando que os insumos estejam disponíveis em tempo hábil para atender à demanda. Monitoramento do sistema para acompanhar o uso dos insumos e avaliar o impacto da aquisição na qualidade dos serviços de saúde prestados.

### **V. Diagnóstico Situacional:**

Atualmente, a Secretaria Municipal de Saúde de Muqui enfrenta desafios significativos relacionados à disponibilidade de tiras reagentes para determinação de glicemia capilar e lancetas. Observa-se uma demanda crescente por esses insumos devido ao aumento da prevalência de diabetes mellitus e outras condições que exigem monitoramento regular dos níveis de glicose. Com base na tendência atual de aumento na incidência de diabetes e outras condições crônicas relacionadas ao controle glicêmico, é esperado que a demanda por tiras reagentes e lancetas continue a crescer nos próximos anos. Este aumento reforça a necessidade crítica de estabelecer um suprimento regular e confiável desses insumos para atender às necessidades da população de Muqui de maneira eficaz e sustentável.

### **VI. Requisitos e Especificações:**

Segue abaixo levantamento dos requisitos e especificações técnicas dos materiais médico hospitalares necessários para atender às demandas da Secretaria de Saúde, considerando a qualidade, segurança e eficácia dos produtos.

**Item 01 – TIRA REAGENTE** - Fita de HGT - Caixa com 50 unidades fita reagente para determinação de glicemia capilar por método amperométrico e sem uso de chip, que aceite amostra capilar e neonatal, e faixa de medição entre de 10-20 a 500-600mg/dl. O sistema tira de reagente e monitor deverá atender a todas as faixas de hematócrito (30 a 55%). Capacidade de armazenamento de no mínimo 450 testes. O sistema glicosímetro deverá cumprir as exigências da ISO 15197-2013 e apresentar cópiado estudo comprobatório de cumprimento das exigências de precisão dos resultados das glicemias. Se tiver em língua estrangeira, apresentar tradução juramentada. As tiras devem ser embaladas em caixas contendo 50 unidades. A embalagem de acondicionamento das tiras deve trazer externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, data de fabricação, prazo de validade e número de registro do Ministério da Saúde. A empresa deverá fornecer em forma de comodato no mínimo 60 monitores compatíveis para utilização das respectivas tiras na primeira entrega, dar garantia por tempo indeterminado dos monitores, baterias para reposição. A empresa necessita apresentar o certificado de boas práticas de fabricação emitido pela ANVISA. A contratada deverá responsabilizar-se pela manutenção dos equipamentos, promovendo assistência técnica enquanto tiver fitas disponíveis em estoque. Validade de no mínimo a 18 meses, que seja garantida a validade do produto depois de aberto o frasco. **Quantidade:** 600 unidades



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**Item 02 – LANCETA** - Para punção de polpa digital/lancetador em peça única, ponta trifaceta em inox. Com sistema de trava e dispositivo retrátil impedindo a reutilização e contato após uso e descarte. **Quantidade:** 29.200 unidades

**VII. Planejamento:**

O planejamento incluirá a definição dos itens a serem adquiridos, a elaboração do termo de referência, a realização de Dispensa Eletrônica e a contratação dos fornecedores selecionados.

**VIII. Análise de Viabilidade:**

Será realizada uma análise de viabilidade financeira para verificar a adequação dos recursos disponíveis para a aquisição dos materiais médico hospitalares necessários.

**IX. Impacto Ambiental e Social:**

O projeto não apresenta impactos ambientais. No entanto, a aquisição dos insumos contribuirá para melhorar o atendimento à saúde da população, impactando positivamente o bem-estar social.

**X. Custos Estimados:**

O valor total estimado da contratação é de 19.996,00.

FONTE: 163200000005

FICHA: 035

Nº da Proposta: SESA- 0014/2024

Essa contratação terá as despesas alocadas de acordo com a dotação orçamentária indicada. –ES.

Os custos estimados para a aquisição de TIRA REAGENTE DE GLICEMIA e LANCETA serão ainda detalhados no Processo de Dispensa Eletrônica, levando em consideração as especificações técnicas dos produtos e os preços de mercado.

**XI. Conclusão:**

A aquisição de material médico hospitalar é uma necessidade prioritária para a Secretaria de Saúde de Muqui, visando garantir a continuidade e a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população. Este estudo técnico preliminar fornecerá as informações necessárias para embasar o processo de aquisição dos insumos, contribuindo para o aprimoramento do sistema de saúde do município.

A proposta de aquisição de TIRA REAGENTE DE GLICEMIA e LANCETA está alinhada aos princípios constitucionais e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Elaborado por:

Aprovado por:

Muqui, 20 de julho de 2024.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**ANEXO III  
FORMULÁRIO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

<b>ÓRGÃO: <u>PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI/ES.</u></b>			
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 3542/2024.		DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2024.	
TIPO DE JULGAMENTO:		MENOR PREÇO POR ITEM	
RAZÃO SOCIAL:		CNPJ/CPF:	
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
CIDADE/UF:	CEP:	TELEFONE:	
REPRESENTANTE LEGAL:		CPF:	
RG:		E-mail:	

**PROPOSTA:**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNID.	QUANT	MARCA se houver	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
VALOR TOTAL						R\$ 0,00

- 1) O prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias corridos.
- 2) Prazo para fornecimento/execução do objeto: até 20 (vinte) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento/Serviços.
- 3) Declaro que examinei, conheço e me submeto a todas as condições expressas na presente contratação direta, bem como verifiquei todas as especificações contidas, não havendo quaisquer discrepâncias nas informações, nas condições de fornecimento e documentos que dela fazem parte.
- 4) Declaro que o preço ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.
- 5) Declaro ainda que, estou ciente de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos diretos ou indiretos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto.

Muqui-ES, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Nome e Assinatura do representante legal





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME EPP**

**Dispensa Eletrônica nº 001/2024.  
Processo Administrativo nº 3542/2024.**

Eu, \_\_\_\_\_, subscrito abaixo, **DECLARO** que a empresa \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_ - UF, neste ato por mim representada, para todos os fins de direito, especificamente para participação na presente contratação, faz jus ao tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, por estar contida no rol de beneficiários do artigo 3ª da referida Lei.

**DECLARO** também, ciência de que a prestação de informações inverídicas sujeitará a empresa às penalidades previstas na legislação criminal e tributária relativas à falsidade ideológica (art. 299 do código Penal) e ao crime a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Muqui-ES, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
Nome e Assinatura do representante legal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**ANEXO V**

**ANEXO V – DECLARAÇÃO UNIFICADA**

A empresa ....., inscrita no CNPJ nº ..... com sede à ..... Nº ....., bairro ..... na cidade de ....., Estado de ....., neste ato representada por ..... portador (a) do CPF nº ..... e RG nº ....., declara para os devidos fins que:

- **INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES:** em conformidade com a Lei n.º 14.133/2021, não existem fatos supervenientes junto à na Prefeitura Municipal de Castelo que sejam impeditivos de sua habilitação para este certame;
- **SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO:** em atendimento ao previsto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal e art. 68, inciso VI da Lei Federal 14.133/2021, que não possuímos, em nosso quadro de pessoal, empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz e em nenhuma hipótese, menores de 14 (quatorze) anos.
- **DE CIÊNCIA:** Estamos de pleno acordo e concordo expressamente com todas as condições especificadas relativo a Prefeitura Municipal de Castelo - ES e tomamos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, objeto desta licitação, bem como aceito na íntegra todas as condições e que garanto a execução do objeto;
- **DA RENUNCIA:** declaramos, na forma e sob as penas impostas pela Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações, que não pretendo recorrer da decisão da Comissão de licitação que **julgou a HABILITAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS, RENUNCIANDO**, assim, expressamente, ao direito de recurso e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, conforme art. 165, incisos I, alíneas B e C da Lei 14.133/2021.
- **DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:** Cumprimos com todos os requisitos de habilitação para este certame e a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

...../...../2024.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do representante legal

**OBS: DEVERÁ ENCAMINHAR A DECLARAÇÃO UNIFICADA COM ASSINATURA POR CERTIFICADO DIGITAL, FICANDO ASSIM DISPENSADO ENCAMINHAR VIA ORIGINAL**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**ANEXO VI  
MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº.....**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MUQUI, E A EMPRESA**  
\_\_\_\_\_, **na forma abaixo:**

O **MUNICÍPIO DE MUQUI**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Bernardino Monteiro, 96, Centro - Muqui/ES - inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 27.082.403/0001-83, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. Hélio Carlos Ribeiro Cândido, de nacionalidade brasileira, estado civil casado, portador do documento de identidade RG 1347091 SPTC-ES e CPF 074.015.607-12, residente e domiciliado na localidade Fazenda Fortaleza, distrito da Sede, Zona Rural, Muqui - ES, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a **Empresa** [...], pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ nº. [ ], situada à [...], neste ato representada pelo Sr.(a) [...], nacionalidade, RG nº. [...], CPF nº. [ ], doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, com fulcro no **art. 75, inc. II, da Lei Federal nº. 14.133/21**, tendo em vista o que consta do **Processo nº. 3542/2024**, resolvem de mútuo acordo celebrar o presente contrato, mediante as cláusulas e estipulações a seguir enumeradas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FINALIDADE**

2.1. O objeto do presente Contrato consiste na **aquisição de material de consumo hospitalar – tiras e lancetas de glicemia, em regime de comodato**, para atender as necessidades da Atenção Primária da Secretaria Municipal de Saúde, deste município, conforme especificações preestabelecidas no Processo Administrativo nº 3542/2024 e na Proposta apresentada pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E DO VALOR**

2.1. As especificações, quantidade e preços contratados constam relacionados abaixo: [...]  
2.2. O valor global do presente Contrato é de R\$ [...] ([ ]).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

3.1. As partes declaram-se sujeitas às normas previstas na Lei Federal nº. 14.133/21 e, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado, bem como, pelas cláusulas e condições deste Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. O presente Contrato terá vigência de ..... meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.  
4.2. O CONTRATANTE providenciará a publicação do presente Contrato no Portal da Transparência do Município e no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP, como condição de eficácia do mesmo.

**CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE PAGAMENTO**

5.1. O pagamento será efetivado no prazo de até 30 (trinta) dias após a Nota Fiscal ser conferida, aceita e atestada pela contratante e ter sido verificada a regularidade da contratada.  
5.2. Recomenda-se constar no texto da Nota Fiscal, o número do contrato, o objeto, os valores unitário e total e o número do processo que deu origem à aquisição.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

5.3. A Nota Fiscal deverá conter o mesmo CNPJ e razão social do contratado e acolhido nos documentos de habilitação.

5.4. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.5. A critério da Contratante poderão ser utilizados os créditos existentes em favor da Contratada para compensar quaisquer possíveis despesas resultantes de multas, indenizações, inadimplências contratuais e/ou outras de responsabilidade desta última.

5.6. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação, e está por sua vez, depois do recebimento definitivo do objeto, estando vedada qualquer antecipação de pagamento sem o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo.

5.7. Para fins de pagamento a contratada deverá apresentar a nota fiscal, na forma da lei, devidamente acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista.

**CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta dos seguintes Recursos orçamentários, de acordo com Termo de Referência, a saber:

Ficha: 035

Fonte:163200000005

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 7.1. Receber a empresa vencedora do processo, disponibilizando local, data e horário para entrega e instalação dos equipamentos médico-hospitalares.
- 7.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens recebidos com as especificações constantes da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 7.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da fornecedora, através de servidor especialmente designado.
- 7.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 8.1. Comunicar à Secretaria Municipal de Saúde, no prazo mínimo de 03 dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 8.2. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade fiscal.
- 8.3. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato ou nota de empenho.
- 8.4. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na realização do objeto.

**CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

9.1. O objeto deste Contrato deverá ser executado de acordo com o descrito no Termo de Referência.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

9.2. O local de entrega do objeto deverá se dar no Setor de Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, situado à Rua Cel. Matheus Paiva, nº 110, Bairro Centro, Muqui, Espírito Santo, Cep.: 29.480-000 - Fone/Fax: (28) 3554-1272, E-mail: [gabsemus.muqui@gmail.com](mailto:gabsemus.muqui@gmail.com) / [saude@muqui.es.gov.br](mailto:saude@muqui.es.gov.br), sendo de responsabilidade da CONTRATANTE, disponibilizar local, data e horário para entrega dos materiais hospitalares, verificando minuciosamente a conformidade dos itens recebidos com as especificações.

9.3. O horário de entrega do(s) objeto(s) será acordado entre a Secretaria Municipal de Saúde de Muqui e o fornecedor, devendo ocorrer em dias úteis. O e-mail de contato para informações adicionais é [saude@muqui.es.gov.br](mailto:saude@muqui.es.gov.br) ou [gabsemus.muqui@gmail.com](mailto:gabsemus.muqui@gmail.com).

9.4. O objeto será recebido provisoriamente, pelo chefe do almoxarifado, mediante assinatura no verso do documento fiscal respectivo atestando o recebimento provisório, que após verificação da sua conformidade encaminhará os documentos para o recebimento definitivo pelo gestor do contrato, com os dizeres: "verificada a conformidade".

9.5. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações e quantidades constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos pela Contratada no prazo máximo de 20 (dias) dias, contados da data de recebimento da notificação, às suas custas, sempre sem prejuízo da aplicação de penalidades.

9.6. Até que seja sanada a situação prevista no item anterior, ficará interrompido o prazo de recebimento definitivo e o prazo para pagamento ficará suspenso.

9.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.8. Comunicar à Secretaria Municipal de Saúde, no prazo mínimo de 03 (três) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.9. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade fiscal.

9.10. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato ou nota de empenho.

9.11. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na realização do objeto.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO**

10.1. O acompanhamento e a fiscalização do presente contrato, consoante ao disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, ficará a cargo da servidora Leila Cristina Carrari da Silva, designada como representante para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato. Ela registrará em documento próprio todas as ocorrências relacionadas, tomando as providências necessárias para corrigir eventuais falhas ou defeitos observados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da contratação é aquela prevista neste Termo de Referência.

11.2. Comete infração administrativa o fornecedor que infringir as disposições previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

11.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.2.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

- 11.2.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 11.2.4. Deixar de entregar a documentação exigida;
- 11.2.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 11.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.2.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- 11.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a Processo ou a execução do contrato;
- 11.2.9. Fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 11.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - 11.2.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de negociação;
- 11.2.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta Dispensa;
- 11.2.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
  - 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 11.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

- 12.1. A garantia contratual se dará conforme Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO**

- 13.1. Toda e qualquer alteração do presente Contrato deverá ocorrer por meio de Termo Aditivo, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO**

- 14.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 137 e 138, da Lei Federal nº. 14.133/2021, com as consequências legais, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Contrato.
- 14.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à defesa prévia.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 15.1. A CONTRATADA obriga-se a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas e manter-se em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como as normas previstas na Lei Federal nº. 14.133/2021 e legislação correlata, durante a vigência deste instrumento.
- 15.2. A CONTRATADA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e/ou documentos apresentados enquanto vigorar este Contrato.
- 15.3. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto da contratação, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem co-





**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

mo a fusão, cisão ou incorporação, sem autorização expressa do CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO REAJUSTE**

16.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IGP-M exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

16.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

18.1. As partes elegem o foro de Muqui-ES como o competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, sendo juntado ao processo de origem desta contratação, divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, na forma do art. 91, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Muqui/ES, .... de ..... de 2024.

.....

.....